

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIELE PETRIW DE ARAUJO

**AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE EM ESG EM PEQUENAS EMPRESAS:
UMA APLICAÇÃO PRÁTICA DO QUESTIONÁRIO ETHOS**

CURITIBA, PR

2024

GABRIELE PETRIW DE ARAUJO

**AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE EM ESG EM PEQUENAS EMPRESAS:
UMA APLICAÇÃO PRÁTICA DO QUESTIONÁRIO ETHOS**

Relatório Técnico-Científico apresentado ao curso de Especialização MBA em Governança Corporativa e Compliance, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), como requisito parcial à obtenção do título de **Especialista em Governança Corporativa e Compliance**.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Tatiane de Oliveira Marques

CURITIBA, PR

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, cuja presença e força me guiaram ao longo desta jornada de aprendizado e crescimento.

Gostaria de dedicar um agradecimento especial à minha mãe, Maria Petriw. Seu amor incondicional, apoio constante e sábios conselhos foram fundamentais para que eu pudesse enfrentar os desafios e superar as dificuldades ao longo deste curso. Mamãe, você sempre foi minha maior inspiração e motivação para seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Este trabalho é tanto meu quanto seu.

Agradeço também aos meus professores do MBA em Governança Corporativa e Compliance, realizado entre 2023 e 2024. Suas orientações, experiências e ensinamentos foram essenciais para minha formação, tanto acadêmica quanto profissional. A troca de conhecimentos e o compartilhamento de vivências enriqueceram enormemente minha perspectiva e compreensão sobre o tema.

Aos meus colegas de curso, que tornaram essa caminhada mais leve e enriquecedora, meu sincero agradecimento. O apoio mútuo, as discussões construtivas e a camaradagem ao longo desse período fizeram toda a diferença na minha experiência acadêmica.

Por fim, este trabalho é dedicado a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Sou profundamente grata por cada um de vocês.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o nível de maturidade em ESG de uma empresa de pequeno porte do setor de compra e venda de baterias automotivas, utilizando o questionário Ethos como ferramenta de avaliação. O conceito de ESG (*Environmental, Social, and Governance*) tem ganhado relevância no cenário empresarial global como uma métrica essencial para medir o desempenho sustentável das organizações. Embora o debate em torno dessas diretrizes seja amplamente associado a grandes corporações, é fundamental reconhecer que as pequenas empresas, que constituem a maioria significativa do tecido empresarial, também devem incorporar práticas de ESG para garantir sua competitividade e evolução no mercado. A adoção dessas práticas, além de fortalecer a posição da empresa perante consumidores e investidores, contribui diretamente para uma gestão mais eficaz de riscos, promovendo a sustentabilidade a longo prazo. A aplicação dos indicadores Ethos permite a identificação das áreas que necessitam de aprimoramento, bem como o desenvolvimento de estratégias adaptativas que possam ser implementadas de forma contínua e alinhadas aos valores e objetivos da empresa. A partir da análise dos resultados, foi possível propor recomendações para que a empresa possa evoluir suas práticas em termos ambientais, sociais e de governança, garantindo maior resiliência e impacto positivo tanto no mercado quanto na sociedade.

ABSTRACT

This work aims to analyze the level of ESG maturity of a small company in the automotive battery purchasing and sales sector, using the Ethos questionnaire as an assessment tool. The concept of ESG (Environmental, Social, and Governance) has gained relevance in the global business scenario as an essential metric for measuring the sustainable performance of organizations. Although the debate around these guidelines is largely associated with large corporations, it is essential to recognize that small companies, which make up the significant majority of the business community, must also incorporate ESG practices to ensure their competitiveness and evolution in the market. The adoption of these practices, in addition to strengthening the company's position before consumers and investors, directly contributes to more effective risk management, promoting long-term sustainability. The application of Ethos indicators allows the identification of areas that require improvement, as well as the development of adaptive strategies that can be implemented continuously and aligned with the company's values and objectives. From the analysis of the results, it was possible to propose recommendations so that the company can evolve its practices in environmental, social and governance terms, ensuring greater resilience and positive impact on both the market and society.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	7
1.2 OBJETIVO GERAL DO ESTUDO	8
1.3 IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO ESTUDO	8
1.4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O TEMA	10
1.4.1 Sigla ESG.....	11
1.4.2 Indicadores de sustentabilidade	13
2 METODOLOGIA	14
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	16
3.1 DIMENSÃO AMBIENTAL (E)	16
3.2 DIMENSÃO SOCIAL (S).....	18
3.3 DIMENSÃO GOVERNANÇA (G)	20
4 PROPOSTA DE MELHORIA	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil conta com mais de 16 milhões de pequenas e médias empresas, denominadas de PMEs. Isso representa aproximadamente 99% das empresas no país, e mais de 40% da massa salarial é originada dessas pequenas e médias empresas, destacando a importância das PMEs na economia brasileira. Além disso, o Sebrae destaca que as PMEs são responsáveis por cerca de 30% do Produto Interno Bruto do país. Isso corresponde a mais de R\$35 bilhões que circulam mensalmente na economia brasileira diretamente dessas empresas (SEBRAE, 2018), (YAMASAK; SCATOLIN, 2023).

Observa-se, portanto, que as pequenas e médias empresas têm grande importância no cenário econômico e financeiro do Brasil. No entanto, muitas vezes enfrentam dificuldades na adoção de padrões ESG e compliance, seja pela percepção de que esses conceitos não são necessários para empresas menores, seja pela complexidade de sua implementação (YAMASAK; SCATOLIN, 2023).

Para efetivar os princípios ESG em pequenas empresas, é fundamental que os valores de Ambiental, Social e Governança sejam integrados nas ações das lideranças, no cumprimento das normas vigentes, no estabelecimento de políticas, no treinamento de equipes, na monitoração dos programas implementados, na gestão de riscos e nos mecanismos de reporte. O sucesso de um programa ESG depende essencialmente dos valores, da transparência e da cultura organizacional (MECCA, OLIVEIRA, WITT, VELHO 2023).

A implementação dos critérios ESG em pequenas empresas exige a definição de uma estratégia clara, levando em consideração aspectos como o estágio de desenvolvimento da empresa, a situação atual, a disposição cultural para mudanças, o avanço tecnológico, a visibilidade das questões relevantes e as tendências de mercado (RIBEIRO, LIMA 2022).

Manter as organizações em conformidade implica garantir que um conjunto de valores éticos essenciais seja amplamente divulgado e utilizado para orientar as ações da empresa. Esses valores devem direcionar o comportamento dos colaboradores e, quando aplicados de maneira abrangente, devem abranger todos os integrantes da organização. É fundamental ressaltar que todas as ações que refletem a cultura ética da empresa estão intimamente associadas à manutenção da integridade. Portanto, um programa de compliance eficaz pode transformar uma organização, trazendo

credibilidade, atraindo investimentos, promovendo crescimento e, em resumo, elevando-a a um novo patamar (YAMASAK; SCATOLIN, 2023).

Este trabalho tem como objetivo a aplicação prática dos princípios ESG em uma pequena empresa através da métrica do Instituto ETHOS, baseado no estudo teórico realizado, diagnóstico e proposta de melhoria. O objetivo é explorar como a implementação das práticas ESG pode beneficiar a empresa ao melhorar a gestão de riscos, fortalecer a cultura organizacional e promover um crescimento sustentável. A análise considera como os pilares ambiental, social e de governança podem ser adaptados e aplicados no contexto específico de uma pequena empresa, destacando os desafios e as oportunidades que surgem com essa integração.

Através da aplicação prática de indicadores, busca-se fornecer insights sobre a importância e a viabilidade dos princípios ESG para pequenas empresas, contribuindo para seu sucesso a longo prazo e sua responsabilidade social.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Nos últimos anos, a sociedade começou a demandar das empresas uma postura mais sustentável, criando uma pressão considerável para aprimorar seu desempenho por meio da responsabilidade social corporativa e da incorporação de fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas práticas empresariais (CRUZ, 2022).

Segundo Leoneti; Nirazawa e Oliveira (2016), as empresas precisarão adotar uma nova perspectiva, o que exigirá uma compreensão significativamente aprimorada, não apenas das formas financeiras e físicas de capital, mas também dos recursos naturais, humanos e do capital social. À medida que investidores, consumidores e a sociedade em geral se tornam mais conscientes e exigentes quanto à responsabilidade social e ambiental das empresas, os critérios ESG oferecem um framework robusto para avaliar e melhorar o desempenho organizacional em três áreas principais: ambiental, social e de governança.

Embora pareça ser uma preocupação exclusiva das grandes empresas, destaca-se que a busca pelo cumprimento desses padrões por pequenas e médias empresas pode elevar seu *valuation* e torná-las mais atraentes para fusões ou aquisições (YAMASAK; SCATOLIN, 2023).

O relatório de inteligência geral do Sebrae publicado em 2022, destaca que com a implementação do ESG as pequenas empresas têm a ganhar o aumento de

produtividade, visto que tendem a ter funcionários satisfeitos e engajados. Também a redução de custos operacionais ao gerenciar de forma mais eficiente seus investimentos e melhoria na reputação por passarem a ser percebidas mais como éticas e ambientalmente conscientes, assim como o aumento da eficiência energética, melhoria das relações com comunidades locais e melhoria nos negócios com outras empresas.

Segundo Yamasak e Scatolin (2023), torna-se essencial a análise da implementação dos padrões ESG e do compliance tanto nas micro e pequenas empresas quanto nas médias empresas. Os valores da ética da organização devem estar alinhados com os valores da matriz cultural, garantidos pelos mecanismos de programas de compliance. Considerando que 78% dos empregos gerados no ano de 2021 foram criados por micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2021).

1.2 OBJETIVO GERAL DO ESTUDO

O objetivo deste estudo é investigar e demonstrar como a aplicação prática dos princípios ESG (*Environmental, Social, and Governance*) pode beneficiar pequenas empresas, melhorando sua gestão, promovendo a sustentabilidade e garantindo o sucesso a longo prazo. A pesquisa visa fornecer uma compreensão prática de como a adoção desses princípios pode fortalecer a cultura organizacional, aprimorar a gestão de riscos e fomentar um crescimento sustentável.

Além disso, o estudo aborda os desafios enfrentados por pequenas empresas na implementação de práticas ESG e oferece insights sobre como superar esses obstáculos. Isso visa garantir que as empresas possam alcançar um sucesso duradouro e contribuir para um ambiente corporativo mais responsável e sustentável.

O estudo visa explorar como os pilares ESG — ambiental, social e de governança — podem ser adaptados e implementados no contexto de uma pequena empresa, considerando as especificidades e limitações deste tipo de negócio. A pesquisa busca fornecer uma compreensão prática sobre a importância da integração desses princípios e como sua adoção pode contribuir para um ambiente corporativo mais responsável, sustentável e competitivo.

1.3 IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO ESTUDO

A importância prática deste estudo reside em sua capacidade de oferecer uma compreensão detalhada e aplicável sobre como pequenas empresas podem incorporar os princípios ESG (*Environmental, Social, and Governance*) em suas operações. A integração desses princípios é crucial para qualquer empresa que deseja prosperar em um ambiente corporativo cada vez mais focado em responsabilidade social e sustentabilidade. No aspecto de governança corporativa, pode-se afirmar que é o primeiro a ser observado e desenvolvido pelas empresas, principalmente devido aos benefícios econômico-financeiros que podem resultar da adoção de práticas eficazes de controle de riscos e sistemas administrativos eficientes e justos (YAMASAK; SCATOLIN, 2023).

A adoção de práticas ESG pode trazer uma série de benefícios tangíveis e intangíveis para pequenas empresas. Do ponto de vista prático, essas práticas podem melhorar a gestão de riscos, uma vez que a atenção aos aspectos ambientais, sociais e de governança ajuda a antecipar e mitigar potenciais problemas antes que se tornem críticos. Essas práticas devem ser incorporadas nas atividades das lideranças, no cumprimento das normas vigentes, no estabelecimento de políticas, no treinamento das equipes, na gestão de riscos e nos mecanismos de reporte. Para obter os benefícios das práticas ESG, pequenas empresas devem priorizar a transparência, a gestão sustentável de recursos e o impacto positivo na comunidade (RIZZI, FERREIRA, RODRIGUES e SOUZA, 2024).

Além disso, a implementação bem-sucedida dos princípios ESG pode abrir oportunidades para parcerias e colaborações com outras organizações que valorizam esses princípios. Empresas com práticas ESG sólidas podem se beneficiar de uma rede de contatos mais ampla e de apoio de outras entidades que compartilham valores semelhantes. Essas parcerias podem resultar em novas oportunidades de negócios e em um aumento do reconhecimento e da credibilidade da empresa no mercado.

A importância prática do estudo também se reflete na capacidade de fornecer um modelo que pode ser adaptado e replicado por outras pequenas empresas. Ao explorar como os pilares ESG podem ser implementados de forma realista e eficaz, o estudo oferece um guia prático para outras empresas que enfrentam desafios semelhantes. Isso inclui a identificação de melhores práticas, a avaliação de ferramentas e recursos disponíveis, e a adaptação de estratégias de acordo com o contexto específico de cada empresa.

Finalmente, o estudo contribui para a promoção de um ambiente corporativo mais responsável e sustentável. Ao demonstrar como pequenas empresas podem integrar princípios ESG em suas operações, o estudo não apenas oferece uma abordagem prática e aplicável, mas também incentiva um compromisso mais amplo com a sustentabilidade e a responsabilidade social. Isso é crucial para a construção de um futuro mais sustentável e para a promoção de práticas empresariais que beneficiem a sociedade como um todo.

1.4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O TEMA

Em 1999 Linsner propôs o triângulo da sustentabilidade baseado no TBL - Triple Bottom Line, conhecido como tripé da sustentabilidade o modelo proposto por Elkington em 1994, representando uma mudança em relação às abordagens tradicionais que focam exclusivamente no desempenho financeiro de uma entidade, ele destaca os três componentes essenciais para o desenvolvimento sustentável das organizações: equidade social, qualidade ambiental e prosperidade econômica.

Figura 01 – Triângulo da Sustentabilidade



Fonte: (LINSER, 1999 *Apud*, Cruz, 2022).

1.4.1 Sigla ESG

A sigla ESG foi introduzida em junho de 2004 pela iniciativa "*WhoCares Wins*", resultado de uma colaboração entre o Pacto Global da ONU e o Banco Mundial. Seu propósito era destacar para investidores e analistas a relevância e a interligação entre questões ambientais, sociais e de governança (MECCA, OLIVEIRA, WITT E VELHO, 2023).

Apesar de incluir tópicos que já eram abordados desde a 2ª Revolução Industrial, só foi sugerido aproximadamente um século depois, em 2004. Isso ocorreu durante uma reunião que contou com a participação de 20 instituições financeiras de 9 países, organizada pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de desenvolver diretrizes e incorporar questões ambientais, sociais e de governança na administração dos recursos das empresas (CRUZ, 2022).

Segundo Borsatto, Baggio e Brum (2022), o pilar "E" de Ambiental visa a redução do impacto ambiental das empresas, enfocando aspectos como aquecimento global, emissões de carbono, eficiência energética, gestão de resíduos, poluição e uso sustentável de recursos naturais.

Incorpora práticas como o descarte adequado de resíduos, uso sustentável de recursos naturais, controle de emissões de gases, gestão eficiente da água e escolha de fontes de energia, com o objetivo de diminuir o impacto ambiental e abordar problemas como aquecimento global, eficiência energética, gestão de resíduos e poluição (MECCA, OLIVEIRA, WITT, VELHO 2023).

Além disso, abrange aprimoramentos no desempenho ambiental durante a produção e operação, a redução do custo ambiental por unidade de produção e a implementação de práticas ecoeficientes. Tais medidas visam diminuir custos por meio do aumento da eficiência no uso dos recursos e da redução na geração de resíduos e emissões de gases, conforme relatado por Ribeiro e Lima (2022).

Essas práticas igualmente envolvem o cuidado e a gestão do ambiente natural em que a empresa opera, incluindo a redução de emissões de gases de efeito estufa, a gestão sustentável de recursos naturais e a adoção de tecnologias limpas (RIZZI, FERREIRA, RODRIGUES e SOUZA, 2024).

De acordo com Borsatto, Baggio e Brum (2022), o pilar "S" (Social) do ESG enfatiza as práticas sociais das empresas, abrangendo elementos como políticas de trabalho, interações com as comunidades locais, relações com colaboradores e alinhamento com o propósito organizacional. Essa dimensão considera o tratamento

dos direitos humanos e a conformidade com a legislação trabalhista, refletindo também o respeito da empresa pelos seus parceiros, clientes e funcionários.

Este pilar inclui práticas que englobam políticas de trabalho, interações com a comunidade, respeito aos direitos humanos, cumprimento da legislação trabalhista, promoção de inclusão e diversidade, engajamento dos funcionários, e a privacidade e proteção de dados (MECCA, OLIVEIRA, WITT, VELHO 2023).

Está baseado nos conceitos de justiça, equidade e ética, envolvendo a adesão a elevados padrões de ética empresarial, o cumprimento de normas legais, o respeito aos direitos humanos, a consideração pelos interesses das partes interessadas e a contribuição para a melhoria ecológica da indústria (RIBEIRO, LIMA, 2022).

Além disso, aborda as políticas e práticas relacionadas aos direitos humanos, condições de trabalho, interações com a comunidade e outros fatores que afetam diretamente a sociedade e os colaboradores da empresa (RIZZI, FERREIRA, RODRIGUES, SOUZA 2024).

O pilar "G" de ESG avalia a adoção pela companhia das melhores práticas de gestão corporativa, que incluem diversidade no conselho, ética e transparência, conformidade regulatória, estrutura dos comitês de auditoria e fiscal, canais para denúncias e políticas de remuneração da alta administração (BORSATTO, BAGGIO, BRUM 2022).

Segundo Mecca, Oliveira, Witt e Velho (2023), o pilar da governança abrange a composição e independência do conselho administrativo, a remuneração dos executivos, a realização de auditorias, a transparência na divulgação de informações, as relações com governos, a diversidade no conselho, a ética e transparência, a conformidade regulatória, a estrutura dos comitês de auditoria e fiscal, os canais de denúncias e as políticas de remuneração da alta administração.

Além disso, aborda o sistema de gestão científica da empresa, a distribuição racional de poder entre acionistas e a gestão do conselho de administração, além da adesão a mecanismos de governança tanto internos quanto externos, que incluem concentração de propriedade, funcionamento do conselho de administração e remuneração executiva (RIBEIRO, LIMA, 2022).

Esse pilar também contempla as práticas de gestão corporativa, que incluem a composição e o funcionamento do conselho de administração, a transparência nas práticas empresariais, a ética nos negócios e o compliance (RIZZI, FERREIRA, RODRIGUES, SOUZA 2024).

1.4.2 Indicadores de sustentabilidade

O interesse crescente de investidores por aspectos sociais e ambientais nas decisões de investimento tem motivado as empresas a implementar práticas de responsabilidade socioambiental. Essa abordagem visa melhorar o acesso a recursos financeiros. Para avaliar essas práticas, são utilizados vários índices de responsabilidade social, destacando-se internacionalmente o KLD Domini 400 Social Index, criado em 1990, o Dow Jones Sustainability Index Group e o FTSE4Good Index Series, conforme apontado por Charlo, Moya, Muñoz (2015) *apud* Borsatto, Baggio, Brum (2022).

Outro índice significativo é o Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3), estabelecido em 2010, que visa fomentar o debate sobre a mudança climática no Brasil. Adicionalmente, o ISE B3, ou Índice de Sustentabilidade Empresarial, avalia o desempenho das ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade. Esse índice serve como ferramenta para investidores em suas decisões e incentiva as empresas a adotarem práticas sustentáveis mais robustas, sustentando que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança) são essenciais para a sustentabilidade e longevidade dos negócios (BORSATTO, BAGGIO, BRUM, 2022).

Existem diversos sistemas de avaliação ESG reconhecidos mundialmente, como MSCI, Thomson Reuters, FTSE Russell e Goldman Sachs. Esses sistemas avaliam práticas de gestão corporativa, incluindo a composição e funcionamento do conselho de administração, a transparência nas práticas empresariais, a ética nos negócios e o compliance (RIZZI, FERREIRA, RODRIGUES, SOUZA 2024).

Os indicadores de sustentabilidade frequentemente utilizados no processo decisório das organizações incluem: os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), o Dashboard da Sustentabilidade, o Global Reporting Initiative (GRI), o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), o Barômetro de Sustentabilidade, as métricas do Instituto dos Engenheiros da Inglaterra (IChemE) e o Triple Bottom Line Index System (TBLIS). Em nível nacional, destacam-se os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social e Empresarial, do Instituto Ethos (LEONETI; NIRAZAWA, OLIVEIRA; 2016).

Em 2002, o Instituto Ethos criou os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, que, através de uma ferramenta de autoavaliação, analisa o desempenho organizacional das empresas brasileiras no que diz respeito às práticas

de responsabilidade social, sendo esta, uma importante opção de ferramenta para análise empresarial do ESG (CRUZ, 2022).

É fundamental elaborar indicadores de desenvolvimento sustentável que forneçam uma base robusta para a tomada de decisões em todos os níveis e que promovam a sustentabilidade autorregulável dos sistemas integrados de meio ambiente e desenvolvimento. Em 1992, realizou-se no Brasil a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente – Rio-92, onde, após amplas discussões, surgiu a proposta de criar indicadores para medir a sustentabilidade, conforme descrito no capítulo 40 da Agenda 21. Os indicadores habitualmente utilizados, como o produto nacional bruto (PNB) ou as medições de fluxos específicos de poluição ou de recursos, não fornecem informações precisas sobre a sustentabilidade. Os métodos para avaliar a interação entre diversos parâmetros setoriais do meio ambiente e o desenvolvimento são inadequados ou aplicados de maneira deficiente (CRUZ, 2022).

Após a Rio-92, o mundo empresarial de fato incorporou a sustentabilidade como um tema a ser discutido e implementado nas organizações. Contudo, poucas empresas conseguiram levar a discussão adiante e transformar seus processos de maneira integral. Assim, as que se comprometeram a avançar se destacaram no mercado e se firmaram, fazendo com que, em algumas dessas empresas, a sustentabilidade se tornasse um elemento essencial à sua própria existência (ALMEIDA, 2007 *apud* CRUZ, 2022).

Essas práticas foram concebidas para ampliar as métricas de desempenho corporativo, ultrapassando os tradicionais indicadores financeiros. Tal expansão permite que as empresas se tornem mais competitivas no mercado e obtenham maior reconhecimento dos acionistas (RIZZI, FERREIRA, RODRIGUES, SOUZA 2024).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se classifica como um estudo de caso de abordagem qualitativa, uma vez que consiste em uma revisão teórica do tema abordado, levantamento de dados reais e pesquisa de campo a fim de compreender o cenário organizacional e a implementação de questionário (GODOY, 1995) que se baseia no indicador de desenvolvimento criado pelo instituto Ethos, diagnóstico e sugestão de melhoria.

No Brasil, em 2002, o Instituto Ethos desenvolveu os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, com o objetivo de fornecer uma ferramenta para auxiliar as empresas a incorporar a sustentabilidade e a responsabilidade social em seus planos de ação, a ferramenta é online e direcionada a diversas áreas de diferentes portes (ETHOS, 2019).

A ferramenta permite um diagnóstico através de um questionário respondido pela empresa, visando avanços na sustentabilidade e na responsabilidade social. Baseia-se nas diretrizes do GRI, na Norma de Responsabilidade Social ABNT NBR ISO 26000, no Pacto Global da ONU e na metodologia do CDP. A estrutura do questionário dos Indicadores Ethos é composta por quatro dimensões do conceito *Environmental, Social and Governance* (ESG) e pela dimensão de Visão e Estratégia, que se desdobram em temas, subtemas e indicadores. A ferramenta, atualmente é chamada de Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis (LEONETI; NIRAZAWA, OLIVEIRA, 2016).

Nesta pesquisa, foi aplicado o questionário Ethos a uma pequena empresa com cinco funcionários, especializada na venda e troca de baterias de automóveis. O preenchimento foi realizado pelo CEO. Para a aplicação, o questionário foi revisado e focou exclusivamente nas questões relacionadas a ESG, desconsiderando aquelas sobre Visão e Estratégia.

Composto por 42 indicadores, o questionário é dividido em cinco estágios, e as respostas consistem em "sim" ou "não" para cada pergunta. Ao final, as respostas permitiram determinar o nível de maturidade da empresa de acordo com os critérios de evolução das práticas ESG, conforme os estágios descritos na Figura 2.

Figura 2 – Estágios para análise

Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 4	Estágio 5
<i>Cumprimento e/ou tratativa inicial</i> em relação ao assunto, a empresa atende a legislação, quando pertinente, e/ ou trata o tema de forma incipiente.	<i>Iniciativas e práticas</i> Em relação ao assunto, a empresa desenvolve iniciativas e implementa práticas correntes.	<i>Políticas, procedimentos e sistemas de gestão</i> Em relação ao assunto, a empresa adota políticas formalizadas e implementa processos para promover valores.	<i>Eficiência</i> Em relação ao assunto, a empresa mensura os benefícios de sua gestão e os considera nas tomadas de decisão e na gestão de risco (incluindo a cadeia de valor).	<i>Protagonismo</i> Em relação ao assunto, a empresa passou por transformações e inovações para a geração de valores e atualização de suas práticas.

Fonte: (Instituto ETHOS, 2019).

As respostas foram analisadas com base na média estabelecida para cada estágio, substituindo as palavras "Sim" ou "Não" pelos números 1 e 0, respectivamente. Com isso, foi possível calcular as porcentagens e identificar em qual estágio a empresa se encontrava em cada indicador analisado, além de destacar as áreas que necessitam de melhoria.

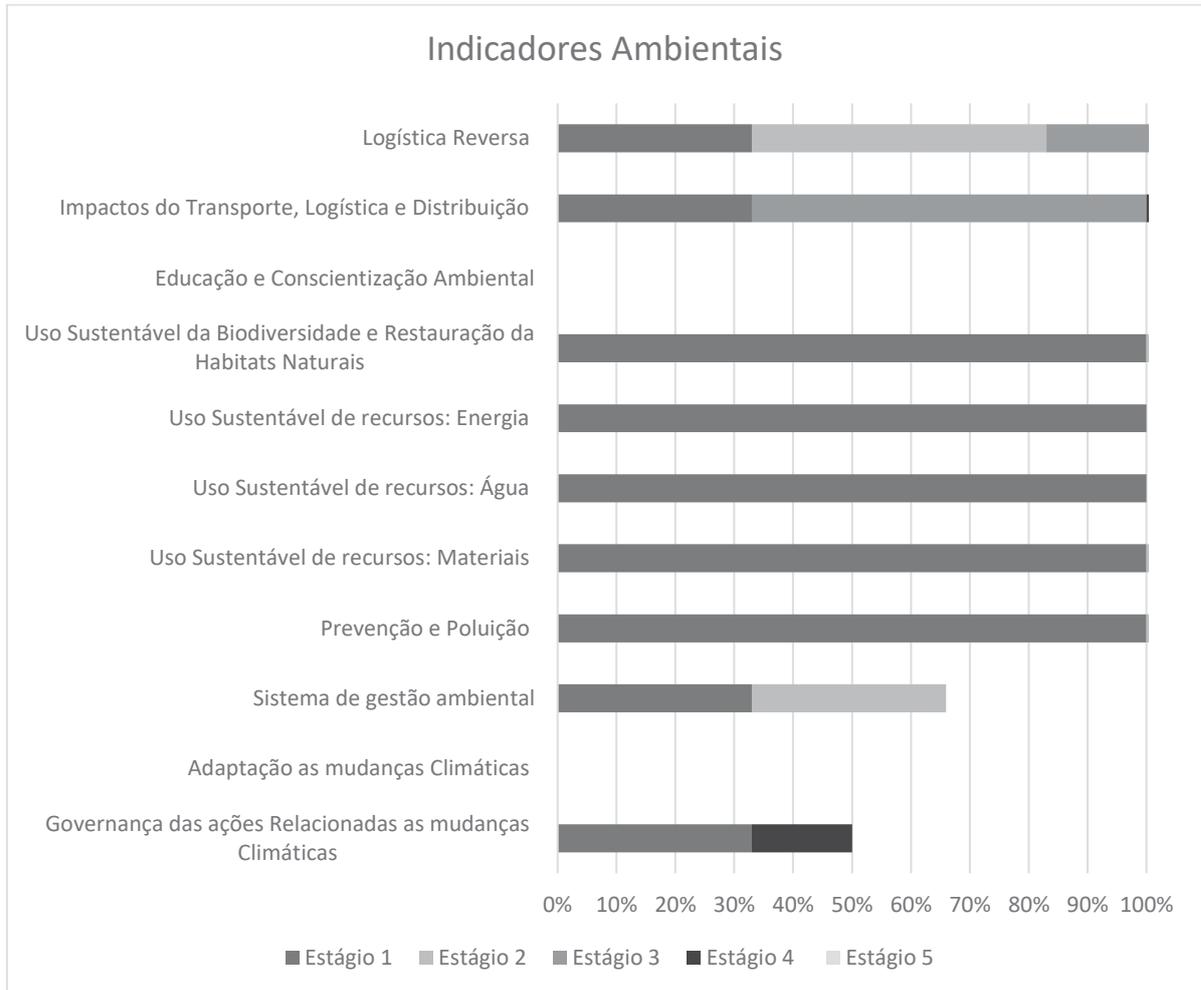
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da análise serão apresentados em três dimensões: Ambiental, Social e Governança. Esses resultados foram obtidos por meio de uma análise comparativa entre as porcentagens alcançadas e os respectivos indicadores.

3.1 DIMENSÃO AMBIENTAL (E)

No quadro 1 são apresentadas as porcentagens obtidas nos indicadores da dimensão ambiental, de forma comparativa entre os estágios é possível realizar uma pró-análise dos resultados de forma visual, onde as cores representam os estágios avançados e o eixo apresenta as porcentagens obtidas.

Quadro 1 – Indicadores da dimensão ambiental



Fonte: dados da pesquisa

A análise da dimensão ambiental mostra que, embora haja práticas de conformidade nos estágios iniciais, existe um espaço significativo para melhorias. A empresa apresenta um estágio inicial em governança das ações relacionadas às mudanças climáticas apresentando 33% no estágio 1, mas sem ações estruturadas para a redução de emissões de gases.

O indicador da adaptação as mudanças climáticas, apresentou 0% de avanço entre os estágios, demonstrando que é necessário que iniciativas iniciais sejam tomadas como a busca do conhecimento sobre os possíveis impactos das mudanças climáticas em seu negócio e os prejuízos que pode causar.

O indicador do sistema de gestão ambiental apresentou 33% de avanço nos estágios 1 e 2, demonstrando que respeita as leis ambientais relacionadas ao seu negócio e que se adequa rapidamente a novas regras e acordos ambientais, porém

não possui indicadores ambientais e nem uma estrutura de avaliação de resultado a esse respeito, demonstrando pouco engajamento.

O indicador de prevenção e poluição apresentou ótimo resultado na fase 1 com 100% de atingimento e 33% na fase 2, o que demonstra um avanço nas iniciativas e práticas neste tema.

A conformidade no uso sustentável de materiais, água e energia é alcançada, apresentando 100% no estágio 1, mas carece de políticas formalizadas e ações de monitoramento contínuo. O uso sustentável da biodiversidade está alinhado com os requisitos legais, apresentando 100% no estágio 1 e 67% no estágio 2, mas apresenta lacunas significativas em iniciativas proativas.

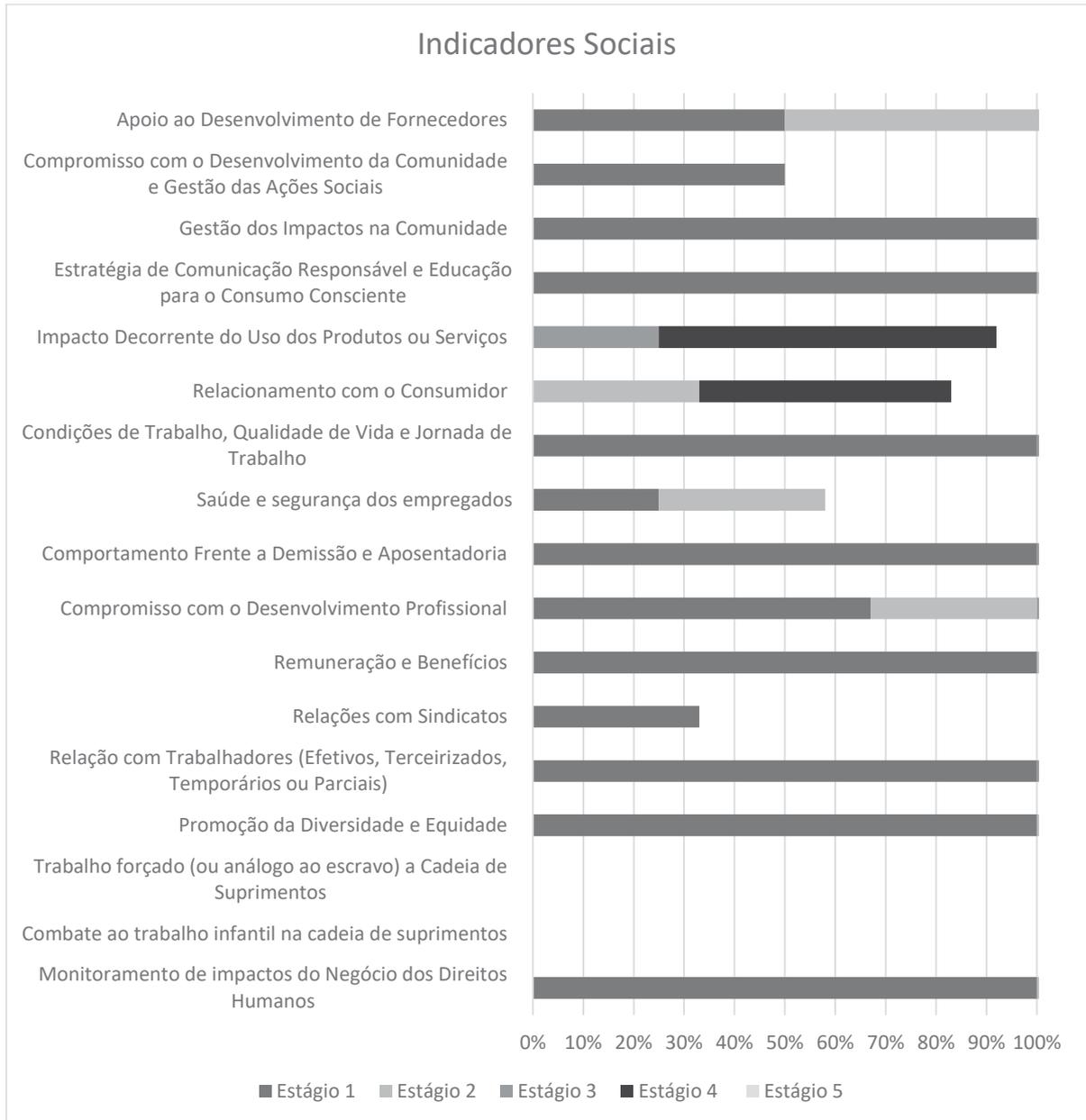
A falta de iniciativas em educação e conscientização ambiental (0% de conformidade em todos os estágios) evidencia a necessidade de ações estruturadas e engajamento com políticas públicas.

Os indicadores dos impactos do transporte, logística e distribuição e logística reversa apontam iniciativas discretas na maioria dos estágios, mas não há constância em todas as ações.

3.2 DIMENSÃO SOCIAL (S)

No quadro 2 são demonstradas as porcentagens obtidas nos indicadores sociais, possibilitando, de forma visual, identificar em que estágios a empresa se encontra em cada indicador. As cores representam os estágios avançados e o eixo apresenta as porcentagens obtidas.

Quadro 2 – Indicadores da dimensão Social



Fonte: dados da pesquisa

A análise dos Direitos Humanos demonstrou que a empresa possui um compromisso inicial forte, especialmente em relação ao monitoramento dos impactos de suas operações, apresentando 100% no estágio 1, contudo, a ausência de políticas formais mais avançadas indica um nível de maturidade ainda incipiente. Em relação ao combate ao trabalho infantil e forçado, a empresa não apresentou ações concretas (0% em todos os estágios), refletindo uma carência crítica de mecanismos de prevenção.

A promoção da diversidade e equidade está em conformidade com as exigências legais, apresentando 100% de atingimento no primeiro estágio e 70% no segundo, mas com lacunas significativas nos níveis mais elevados, especialmente na promoção de grupos historicamente discriminados.

No que tange às práticas de trabalho, a relação com trabalhadores demonstra conformidade com as exigências legais iniciais com 100% no primeiro estágio, mas enfrenta desafios em estágios subsequentes, como a falta de um canal efetivo de comunicação com trabalhadores terceirizados. A relação com sindicatos apresenta baixo desenvolvimento com 33% no primeiro estágio.

A remuneração e benefícios cumprem as obrigações legais básicas, com 100% no primeiro estágio, mas não há políticas abrangentes que garantam o desenvolvimento profissional, embora haja um compromisso razoável nesse aspecto.

Nos indicadores de compromisso com o desenvolvimento profissional, comportamento frente a demissão e aposentadoria, saúde e segurança dos empregados e condições de trabalho, qualidade de vida e jornada de trabalho a empresa apresenta evolução entre os estágios 1 e 2, sendo necessários que as iniciativas e práticas sejam revistas e implementadas.

Na análise de questões relativas ao consumidor, a empresa demonstra práticas adequadas no respeito aos direitos do consumidor, com 50% de atingimento no estágio 4, embora existam lacunas significativas em treinamento e proteção de dados nos estágios anteriores.

O impacto decorrente do uso dos produtos e serviços revela que práticas de segurança estão sendo implementadas, com 67% no estágio 4, mas há espaço para melhorias considerando 0% de cumprimento nos estágios iniciais.

No envolvimento com a comunidade, a empresa apresenta um bom desempenho em estágios iniciais, com 100% no estágio 1 e 50% no estágio 2, mas uma queda significativa à medida que se avança para estágios mais complexos.

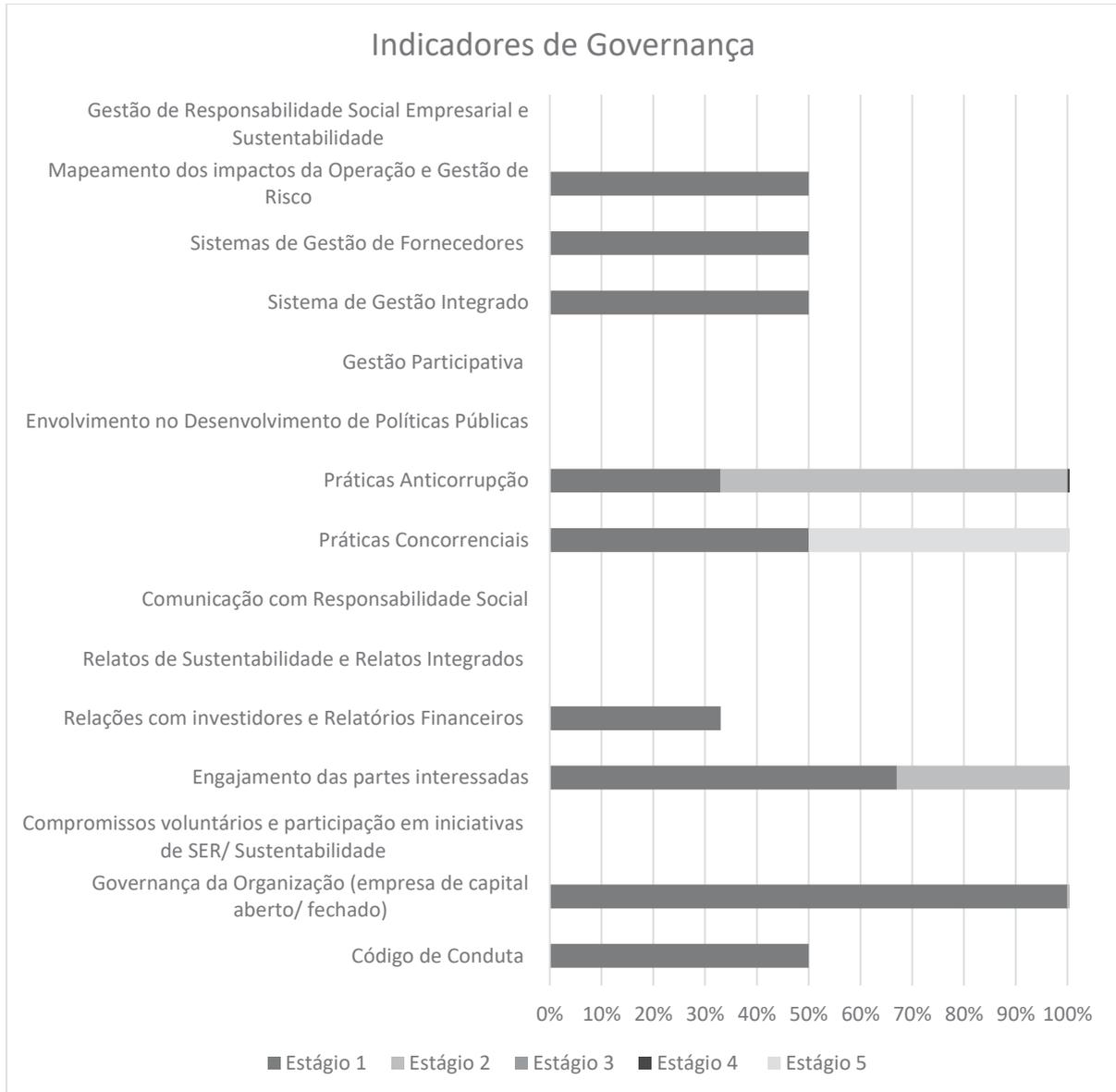
O compromisso com o desenvolvimento da comunidade, embora estruturado com 50% no estágio 1, ainda carece de formalização em programas institucionais, revelados no não atingimento das fases subsequentes.

3.3 DIMENSÃO GOVERNANÇA (G)

No quadro 3 é apresentados os dados obtidos nos indicadores de Governança, demonstrando o avanço da empresa entre os estágios para cada indicador analisado.

São representados por cores os estágios avançados e o eixo apresenta as porcentagens obtidas.

Quadro 3 – Indicadores da dimensão de Governança



Fonte: dados da pesquisa

A análise da dimensão de governança da empresa revela que ela está em estágios iniciais de maturidade em vários subtemas. No subtema de código de conduta, a empresa adota padrões de conduta para seus empregados, demonstrando 50% de atingimento no primeiro estágio, mas a falta de um código formal impede uma estrutura clara de expectativas de comportamento.

Em relação ao engajamento das partes interessadas, a empresa apresenta práticas significativas, representadas pelo atingimento de 100% nos estágios 3 e 4, mas ainda carece de consulta contínua para decisões estratégicas e atuação proativa na sociedade, indicados nos demais estágios.

No que diz respeito à prestação de contas, a empresa permanece no estágio inicial com 33%, em práticas básicas de conformidade e sem avançar para estágios que demandam iniciativas mais estruturadas.

Foram identificadas áreas específicas que necessitam de maior atenção como apresentado nos indicadores de gestão de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade, gestão Participativa, envolvimento no desenvolvimento de políticas públicas, comunicação com responsabilidade social, relatos de sustentabilidade e relatos Integrados e compromissos voluntários e participação em iniciativas de SER/ sustentabilidade que apresentaram 0%.

A análise mostrou que, embora a empresa seja de pequeno porte, há grandes oportunidades de melhoria. As iniciativas existentes são um bom começo, mas ainda carecem de consistência e avanço para garantir uma evolução contínua nos princípios ESG.

4 PROPOSTA DE MELHORIA

As propostas de melhoria foram elaboradas com base na análise de cada indicador, organizadas conforme as dimensões ESG. O objetivo é implementar práticas fundamentais que impulsionem a evolução da empresa em todos os estágios, começando pelas tratativas iniciais e progredindo por meio de iniciativas, práticas, procedimentos e eficiência, até alcançar um papel de destaque no setor e na comunidade.

Mudanças Climáticas

- Implementar um inventário de emissões e metas de neutralização de GEE.
- Engajar a cadeia de suprimentos e estabelecer parcerias estratégicas para fortalecer a governança climática.

Adaptação às Mudanças Climáticas

- Mapear impactos climáticos e investir em capacitação interna.

- Desenvolver estudos para prever prejuízos e criar inventários de emissões.

Gestão Ambiental

- Melhorar a conscientização ambiental entre colaboradores e desenvolver planos de ação.
- Promover auditorias e certificações, como a ISO 14001.

Prevenção à Poluição

- Capacitar colaboradores e adotar práticas dos 4Rs.
- Criar canais de comunicação com a comunidade e engajar a cadeia de suprimentos.

Uso Sustentável de Recursos: Materiais

- Expandir iniciativas para reduzir o consumo e gerenciar resíduos.
- Implementar indicadores de monitoramento e desenvolver parcerias com fornecedores.

Uso Sustentável de Recursos: Água

- Ampliar campanhas de conscientização sobre o uso de água e implementar indicadores de monitoramento.
- Investir em tecnologias de reuso e captação de água da chuva.

Uso Sustentável de Recursos: Energia

- Ampliar campanhas de conscientização e criar indicadores de monitoramento do consumo energético.
- Investir em tecnologias de energia renovável e estabelecer metas de redução para a cadeia de suprimentos.

Uso Sustentável da Biodiversidade e Restauração de Habitats Naturais

- Desenvolver um compromisso formal com a conservação da biodiversidade.
- Criar políticas formais de biodiversidade e estabelecer planos de gestão focados na restauração.

Educação e Conscientização Ambiental

- Implementar campanhas e eventos de sensibilização para colaboradores e a comunidade.
- Participar de fóruns de políticas públicas e apoiar iniciativas externas.

Impactos do Transporte, Logística e Distribuição

- Implementar um programa de saúde e segurança para os empregados.
- Mapear riscos sociais e ambientais na logística e explorar tecnologias inovadoras.

Logística Reversa

- Garantir conformidade com a legislação de resíduos sólidos e desenvolver um plano de ação.
- Engajar consumidores em campanhas de devolução de resíduos e monitorar a eficiência do sistema de logística reversa.

Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos

- Implementar políticas formais e sistemas de gestão robustos, acompanhados de auditorias abrangentes para monitorar e garantir a conformidade com os direitos humanos.

Trabalho Infantil na Cadeia de Suprimentos

- Adotar medidas urgentes, como cláusulas contratuais que proíbam o trabalho infantil, implementar políticas de auditoria e promover programas de conscientização com fornecedores.
- Estruturar uma gestão de riscos voltada especificamente para essa questão, garantindo proteção dos direitos das crianças.

Trabalho Forçado na Cadeia de Suprimentos

- Desenvolver ações robustas, criando normas claras e controláveis para garantir a conformidade entre os fornecedores e prevenir práticas de trabalho forçado.

Promoção da Diversidade e Equidade

- Avançar nas políticas de inclusão e diversidade, implementando práticas que promovam uma cultura organizacional mais inclusiva.

Relação com Trabalhadores (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)

- Melhorar políticas de comunicação, auditorias e certificações, promovendo iniciativas de liderança e reconhecimento no mercado.

Relações com Sindicatos

- Implementar práticas que garantam comunicação aberta e construtiva, promovendo um diálogo efetivo com sindicatos para melhorar o desempenho e a reputação.

Remuneração e Benefícios

- Desenvolver e comunicar políticas de remuneração claras, sistematizar avaliações de desempenho e criar um ambiente atrativo para retenção e atração de talentos.

Compromisso com o Desenvolvimento Profissional

- Implementar programas que integrem oportunidades de aprendizagem mais amplas e acessíveis, promovendo um ambiente de desenvolvimento contínuo.

Comportamento Frente a Demissões e Empregabilidade

- Adotar uma abordagem proativa para gerenciar demissões e aposentadorias, oferecendo capacitação e apoio emocional, além de formalizar diretrizes claras sobre esses processos.

Saúde e Segurança dos Empregados

- Criar um Comitê de Prevenção, desenvolver campanhas de sensibilização sobre saúde e segurança e formalizar políticas claras de Saúde e Segurança do Trabalho (SST).

Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho

- Melhorar as condições de trabalho com iniciativas para combater o estresse, promover exercícios físicos e garantir políticas claras contra assédio.

Relacionamento com o Consumidor

- Formalizar programas de treinamento para profissionais de atendimento, garantir a proteção de dados e estabelecer processos eficientes para tratar reclamações.

Impacto Decorrente do Uso de Produtos ou Serviços

- Fortalecer a comunicação com consumidores sobre segurança e descarte adequado dos produtos, adotando um design inclusivo e buscando certificações de terceiros.

Estratégia de Comunicação Responsável e Educação para o Consumo Consciente

- Implementar sistemas de verificação externa para rotulagem e publicidade, priorizando a transparência sobre custos e condições dos produtos.

Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade

- Implementar ações para mitigar impactos negativos, investir em treinamento para funcionários e estabelecer um sistema formal de feedback da comunidade.

Compromisso com o Desenvolvimento da Comunidade e Gestão das Ações Sociais

- Formalizar programas sociais, estabelecer parcerias estratégicas e implementar um sistema de monitoramento para avaliar e ajustar as iniciativas sociais.

Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores

- Implementar políticas de compras que priorizem fornecedores locais e com certificação socioambiental, criando programas de incentivo à replicação de boas práticas.

Código de Conduta

- Inclua a frequência com que o código será revisado e quem será responsável por isso. A revisão deve ser periódica.
- Além de workshops, considerar a implementação de um programa de mentoria para reforçar a cultura ética.

Governança de Organização

- Incluir um plano de ação específico para promover a diversidade no conselho de administração.
- Estabelecer um calendário de publicação para os relatórios financeiros e socioambientais.

Compromissos Voluntários e Participação em iniciativas de SER/Sustentabilidade

- Definir uma estratégia de comunicação clara para informar os stakeholders sobre os compromissos e progresso.

Engajamento das Partes Interessadas

- Criar um sistema de feedback que permita que as partes interessadas expressem suas preocupações e sugestões de forma contínua.

Relações com investidores e relatórios financeiros

- Implementar ferramentas de análise para garantir que os relatórios atendam aos padrões de mercado e expectativas dos investidores.

Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados

- Incluir stakeholders na definição de indicadores-chave de desempenho para garantir relevância.

Comunicação com Responsabilidade Social

- Implementar um processo de auditoria das comunicações para garantir que elas atendam aos padrões éticos estabelecidos.

Concorrência Leal

- Estabelecer um cronograma de treinamento regular sobre práticas anticoncorrenciais.

Práticas Anticorrupção

- Garantir que o canal de denúncias tenha uma resposta rápida e visível para aumentar a confiança dos funcionários.

Envolvimento no Desenvolvimento de Políticas Públicas

- Colaborar com ONGs e outros atores relevantes para potencializar o impacto das ações.

Gestão Participativa

- Certificar-se de que as decisões tomadas pela alta administração sejam comunicadas de forma clara para todos os colaboradores.

Sistema de Gestão Integrado

- Definir KPIs que permitam medir não apenas a eficiência, mas também a eficácia das ações implementadas.

Sistema de Gestão de Fornecedores

- Criar programas de capacitação para fornecedores sobre sustentabilidade e ética.

Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Risco

- Assegurar que os resultados do mapeamento de impactos sejam integrados às decisões estratégicas.

Gestão da RSE/Sustentabilidade

- Estabelecer um cronograma de relatórios de progresso em RSE e sustentabilidade para manter todos os stakeholders informados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada indicou que a empresa ainda está nos estágios iniciais de desenvolvimento em ESG, apresentando pouca ou nenhuma atuação efetiva. No entanto, alguns indicadores demonstram sinais de evolução, refletindo uma intenção de progresso, embora haja uma falta de consistência nas ações implementadas. Com base nas respostas do questionário, foram identificadas áreas específicas que apresentam oportunidades de melhoria em cada dimensão do ESG.

O questionário Ethos foi utilizado para avaliar a conformidade da empresa com as diretrizes ESG e para medir seu nível de maturidade. A partir disso, foi possível identificar pontos importantes e sugerir caminhos para a empresa melhorar suas práticas e aumentar o impacto positivo de suas ações na sociedade.

É importante destacar que a implementação dos indicadores ESG só terá sucesso se for parte de um processo de aprimoramento contínuo. Embora essa implementação possa trazer custos iniciais, especialmente para pequenas empresas, os benefícios em termos de desempenho, reputação e valorização no mercado são significativos. Portanto, a gestão de ESG, quando bem implementada, pode fortalecer a empresa em diversas frentes, tornando-a mais competitiva e sustentável no longo prazo (YAMASAK; SCATOLIN, 2023).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTARA, Samara Oliveira. Investimentos Sustentáveis: a influência do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE no Mercado de Capitais brasileiro. Revista AOS, v. 12 n. 2, 2023. Disponível em: <https://revistas.unama.br/index.php/aos/article/view/2657>. Acesso em 29 out. 2024.
- BORSATTO, Ana Luisa; BAGGIO, Daniel Knebel; BRUM, Argemiro Luís. Conceitos e definições do ESG – Environmental, Social and Corporate Governance – no contexto evolutivo da sustentabilidade. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 21, n. 59, p. 1-9, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13493>. Acesso em: 22 out. 2024.
- CRUS, Pedro Lucas. Mensuração do Desempenho de Environmental, Social e Governace – ESG e de inovação de Empresas da Construção Civil no Brasil. Universidade Federal de Santa Maria/ SC, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27856>. Acesso em 29 out. 2024.
- EBERHARDT, Fanl Lúcia Martendal; JUNIOR, OklInger Mantovanell. A Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos Municípios Brasileiros: uma análise do projeto Localizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil. Revista Desenvolvimento em Questão, v. 22 n. 60, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/15137>. Acesso em 29 out. 2024.
- LEONETI, Alexandre; NIRAZAWA, Alyni; OLIVEIRA, Sonia. Proposta de índice de sustentabilidade como instrumento de autoavaliação para micro e pequenas empresas (MPEs). Revista de Gestão, REGE, v. 23 n.4, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1809227616306002>. Acesso em 29 out. 2024.
- MACEDO, Paula de Souza; ROCHA, Pedro Serezani; ROCHA, Edgard Teixeira; TAVARES, Gabriel Frias; JUCÁ, Michele Nascimento. O impacto do ESG no valor e custo de capital das empresas. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, v. 25, n. 2, p. 159-175, mai./ago. 2022. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/2802>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- MARIANI, Celso Antonio. Método PDCA e ferramentas da Qualidade no Gerenciamento de Processos Industriais: um estudo de caso. Revista de Administração e Inovação, RAI, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/973/97317090009.pdf>. Acesso em 29 out. 2024.
- MECCA, Marlei Salete; OLIVEIRA, Franco Marcelo; WITT, Andréia Carla Velho; VELHO, Fabio Daniel. Sustentabilidade e ESG (Environmental, Social and Governance): estudo das operações turísticas de uma pousada na Serra Gaúcha. Turismo Visão e Ação, Balneário Camboriú, v. 25, n. 3, p. 425-444, set./dez. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v25n3.p425-444>. Acesso em: 22 out. 2024.
- RIBEIRO, Thiago de Lucas; LIMA, Anderson Antônio de. Environmental, Social e Governance (ESG): Mapeamento e análise de clusters. Revista de Governança

Corporativa, IJCG, v. 9, n.1, 2022. Disponível em:

<https://iberoamericancg.org/Journals/article/view/120>. Acesso em: 22 out. 2024.

RIZZI, Denise Izabel; FERREIRA, Lucas Benedito Gomes Rocha; RODRIGUES, Sidnei Manoel; SOUZA, João Artur. Práticas ESG (Environmental, Social, Governance) e inovação: evidências entre empresas brasileiras de capital aberto. Revista Universo Contábil, v.18, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.4270/ruc.2022115>. Acesso em 29 out. 2024.

VIANA, Lilian Carolina; GAIO, Luiz Eduardo; BELLI, Márcio Marcelo. CUNHA, Christiano França. Investimento em sustentabilidade e o Impacto Mercadológico: uma avaliação a partir do Score ESG. Desafio Online, Campo Grande, v.10, n.1, Jan./Abr. 2022. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/12320>. Acesso em 29 out. 2024.

YAMASAKI, Beatriz Maxima; SCATOLIN, Carolina Lanzini. ESG e Compliance: Benefícios de sua aplicação nas pequenas e médias empresas. Jornal Jurídico, J2, Vol. 6 N.º 2, 2023. Disponível em: <https://revistas.ponteditora.org/index.php/j2/article/view/776>. Acesso em 29 out. 2024.

MARIANI, Celso Antonio. Método PDCA e ferramentas de qualidade no gerenciamento de processos industriais: um estudo de caso. Portal de Revistas da USP, v. 2 n. 2 (2005). Seção: Artigos. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rai/article/view/79051>. Acesso em 29 out. 2024.

CRUZ, Pedro Lucas. Mensuração do desempenho de Environmental, Social e Governance – ESG e de inovação de empresas a construção civil no Brasil. Programa de pós-graduação em engenharia da produção. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de tecnologia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27856>. Acesso em 29 out. 2024.

CUSTODIO, Ana Lucia de Melo; LIBERATORI, Tiago Cocco. Indicadores ETHOS Para negócios Sustentáveis e responsáveis. Ciclo 2018/ 2019. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/indicadores-ethos/>. Acesso em 29 out. 2024.

SEBRAE. ESG nas empresas desvendando o que é conceito e como beneficia as pequenas empresas. Relatório de Inteligência, 2022. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/observatorio/relatorio-de-inteligencia/esg-pequenas-empresas>. Acesso em 29 out. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.3, p. 20-29. São Paulo, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em 29 out. 2024.

SILVA, Keren Karolyne Nóbrega. Análise ESG: estudo de caso em uma empresa de turismo. Edição Especial "Lean além da Manufatura" (Outubro) v. 9 n. 5 (2023). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/42733>. Acesso em 29 out. 2024.

SEBRAE. Panorama dos pequenos negócios, 2018. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em->

numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em 29 out. 2024.

SEBRAE. MPEs geram cerca de oito a cada dez novos empregos criados em 2021. Mercado e Vendas, 2021. Disponível em:
<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/noticias/mpes-geram-cerca-de-oito-a-cada-dez-novos-empregos-criados-em-2021,1e1fc0f4415ce710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em 29 out. 2024.